

# PERCEPÇÕES, ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO *BULLYING*: ANÁLISES E CONSTRUÇÕES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE IAÇU - BA

Geovanna Silva Cunha<sup>1</sup>

Jailson Pereira<sup>2</sup>

Aissa Cavalcante Lisboa<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho analisa as percepções e estratégias de prevenção e enfrentamento ao *bullying* em uma escola pública do município de Iaçu – BA. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizou entrevistas semiestruturadas com docentes, gestores e colaboradores da comunidade escolar, visando compreender como o fenômeno é reconhecido e enfrentado no cotidiano educacional. Os dados evidenciam que, embora o *bullying* seja amplamente reconhecido como uma manifestação sistemática de violência, as estratégias de enfrentamento ainda se apresentam incipientes, pontuais e desarticuladas. Destacam-se iniciativas baseadas no diálogo, na escuta ativa e na empatia, embora se observe a ausência de políticas institucionais consolidadas. A análise aponta para a urgência de práticas pedagógicas sistematizadas, interdisciplinares e integradas ao currículo escolar, que promovam o fortalecimento de uma cultura de paz, respeito mútuo, acolhimento e convivência democrática. A pesquisa contribui, nesse sentido, para o aprofundamento do debate sobre a violência no contexto escolar e para a formulação de estratégias educativas comprometidas com a formação de sujeitos éticos, críticos e conscientes de seu papel social.

**Palavras-chave:** *Bullying*; escola pública; convivência escolar; prevenção; educação.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia, do Departamento de Educação – Campus XIII, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: [geocunha.gsc@outlook.com](mailto:geocunha.gsc@outlook.com)

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Pedagogia, do Departamento de Educação – Campus XIII, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: [jailson.jai62@gmail.com](mailto:jailson.jai62@gmail.com)

<sup>3</sup> Psicóloga e Mestra em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Docente no Departamento de Educação, Campus XIII – UNEB. E-mail: [alisboa@uneb.br](mailto:alisboa@uneb.br)

## ABSTRACT

This study analyzes perceptions and strategies for the prevention and confrontation of bullying in a public school in the municipality of Iaçú – BA, Brazil. The research, qualitative and exploratory in nature, employed semi-structured interviews with teachers, administrators, and members of the school community, aiming to understand how the phenomenon is recognized and addressed in everyday educational practice. The data reveal that, although bullying is widely acknowledged as a systematic manifestation of violence, the strategies to confront it remain incipient, sporadic, and uncoordinated. Initiatives based on dialogue, active listening, and empathy stand out, despite the absence of consolidated institutional policies. The analysis highlights the urgency of implementing systematized, interdisciplinary pedagogical practices integrated into the school curriculum to foster a culture of peace, mutual respect, inclusion, and democratic coexistence. In this regard, the study contributes to deepening the debate on violence in the school context and to the formulation of educational strategies committed to the formation of ethical, critical individuals aware of their social role.

**Keywords:** *Bullying*; public school; school coexistence; prevention; education.

### 1. Introdução

Presente no cotidiano de diversas crianças e adolescentes inseridos em instituições educacionais do Brasil e do mundo, o *bullying* é um fenômeno social complexo, amplamente problematizado e analisado cientificamente na contemporaneidade.

O fenômeno reflete a violência no contexto escolar, ocasionando consequências negativas que interferem diretamente no processo de aprendizagem, no desenvolvimento integral, na saúde física e psíquica e nas relações interpessoais de toda comunidade escolar, impactando negativamente no funcionamento das atividades pedagógicas. Identificado por atos de violência de forma repetitiva e intencional, pode ser responsável por desencadear sofrimento e adoecimento psicológico e físico, causando transtornos subjetivos, familiares e sociais.

Segundo noticiários e jornais dos últimos anos, os atos de violência sistêmica dentro das escolas têm sido recorrentes, causando graves consequências, desde

ameaças até agressões físicas, por vezes ocasionam mortes. Além disso, segundo Santos, Grossi e Scherer (2014, p. 279, *apud* Morrison, 2006, p. 2), quando se referem ao *bullying* escolar através do abuso sistemático do poder, “o desenvolvimento positivo das crianças e adolescentes é inibido, provocando em muitas das vítimas tendências a depressão, estresse pós-traumático e, em casos mais extremos, ideias suicidas, entre outros sofrimentos”.

Leão (2010) reitera e corrobora, pontuando que o *bullying* pode gerar danos e traumas terríveis na vida do sujeito, sendo eles: a baixa autoestima, estresse, depressão, queda no rendimento escolar, pensamentos de vingança contra o agressor e até mesmo o suicídio.

Apresenta-se de forma velada, intencional e repetitiva, dentro de uma relação desigual de poder, por um longo período de tempo contra uma mesma vítima, sem motivos evidentes, adotando comportamentos cruéis, humilhantes e intimidadores, gerando consequências irreparáveis, sejam elas físicas, psíquicas, emocionais ou comportamentais (Leão, 2010, p. 119).

No contexto da legislação brasileira, o fenômeno foi introduzido através da Lei nº 13.185 de 6 de novembro de 2015, considerando que o *bullying*, ou, intimidação sistemática, é a materialização de comportamentos violentos físicos ou psicológicos, intencionais e repetitivos, praticados sem motivação evidente por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas. Em seu artigo II, classifica o *bullying* como ataques físicos; insultos pessoais; comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; ameaças por quaisquer meios; grafites depreciativos; expressões preconceituosas; isolamento social consciente e premeditado; pilhérias.

De acordo com a Lei 14.811/2024, sancionada em 12 de janeiro de 2024 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, *bullying*, definida como “intimidação sistemática” por ações físicas, psicológicas ou virtuais, realizadas individualmente ou em grupo, passou a ser crime no Brasil, com penalidades variando de multa, à reclusão (regime fechado) em casos mais graves, como lesão corporal ou *cyberbullying* (Brasil, 2024).

Originando consequências físicas, psíquicas e comportamentais, o fenômeno supracitado manifesta-se historicamente no contexto escolar, denunciando, anunciando e justificando a relevância e a urgência de investigarmos essa temática de forma contextualizada. Essa justificativa se desdobra nas inquietações subjetivas e acadêmicas dos pesquisadores e autores deste estudo, iniciadas quando eram

adolescentes e dividiam aprendizagens e se desenvolviam na mesma escola, em alguns anos a mesma turma durante o ensino fundamental II. Suas percepções e vivências em uma instituição de educação pública no município de laçu, no estado Bahia, entre os anos de 2008 a 2011, atravessam e preenchem de sentido e significado esse estudo, evidenciando sua relevância.

Considerando que os autores identificaram a presença e a frequência do fenômeno *bullying* durante o percurso escolar em uma instituição de educação pública no município de laçu, o estudo apresenta enquanto problematização norteadora, o seguinte questionamento: quais os saberes da comunidade escolar sobre o *bullying* e quais estratégias pedagógicas de prevenção e enfrentamento, estão sendo adotadas?

Com o propósito de investigar e elaborar essa problematização, buscando explorar e ampliar as discussões sobre a temática, o presente estudo objetiva analisar percepções e estratégias de prevenção e enfrentamento ao *bullying* em uma instituição de educação pública do município de laçu - BA. Os objetivos específicos delimitados são: a) apresentar conceitos, tipologias e impactos do *bullying*; b) compreender o papel da escola e do professor frente ao *bullying*; c) verificar percepções e estratégias que a comunidade escolar desenvolve para prevenção e enfrentamento ao *bullying*; e, d) sistematizar estratégias e ações pedagógicas para prevenção e o enfrentamento do *bullying* no contexto escolar.

No intuito de organizar este trabalho, foi elaborada a seguinte estruturação: 1. Introdução – tópico presente, que discorre acerca da temática, relevância, justificativa, problematização e objetivos de pesquisa; 2. Procedimentos metodológicos – espaço do texto que apresenta o desenho metodológico que embasou a pesquisa; tópicos 3. *Bullying*: conceitos, tipologias e implicações, e, 4. O papel da escola e do professor frente ao *bullying* - socializa pesquisa bibliográfica dos principais pressupostos teóricos relacionados à discussão da temática; 5. Entre percepções e estratégias de prevenção e enfrentamento ao *bullying*: o que dizem e fazem as docentes e a comunidade escolar? – Espaço que apresenta resultados da pesquisa e reflexões críticas que dialogam com os teóricos estudados; 6. Ações pedagógicas e estratégias para prevenção e enfrentamento do *bullying* no contexto escolar – tópico que sistematiza e socializa experiências e boas práticas, visando à prevenção e o enfrentamento do *bullying* no contexto escolar; 7. Considerações

finais – espaço destinado às sínteses da pesquisa e o que concluímos ao relacionar dados obtidos das entrevistas na prática com as produções estudadas na teoria.

## 2. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa objetiva analisar quais são as percepções e estratégias de prevenção e enfrentamento ao *bullying* desenvolvidas pela comunidade escolar de uma instituição de educação pública do município de Iaçú – BA. Nessa perspectiva, para realizar essa análise e responder a problematização supracitada, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, considerando que para Denzin e Lincoln (1994, 2000, 2005, 2011, apud Cresswell, 2014), a pesquisa qualitativa busca compreender as complexidades das experiências humanas e sociais, utilizando métodos como entrevistas, e observações para obter uma visão profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, além disso, essa pesquisa é de caráter exploratório por reconhecer que esse segmento permite adentrar no tema que, apesar de ser um assunto recorrente entre a sociedade de modo geral, não existem muitas pesquisas com proposta de investigação local com objetivo de culminar em uma intervenção positiva que auxilie a comunidade escolar a atuar de maneira assertiva frente ao fenômeno *bullying*.

Quanto à pesquisa com objetivo exploratório, sua “principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2019, p.43), ou seja, estabelecer maior familiaridade com o problema e descobrir novas situações acerca dos dados coletados (Gil, 2019).

Em relação aos procedimentos metodológicos, selecionou-se a pesquisa de campo, que de acordo com Fonseca (2002), caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza construção de dados junto às pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa. Prodanov e Freitas (2013, p.59) corroboram, apontando que a pesquisa de campo:

É utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los.

A pesquisa bibliográfica foi selecionada enquanto procedimento técnico para ampliar a compreensão e aprofundar informações sobre a temática investigada com a pretensão de destacar as categorias centrais, os conceitos e as principais noções usadas pelos diferentes autores (Minayo, 2013).

Além disso, como suporte para execução da pesquisa de campo, utilizou-se o suporte estratégico para construção e análise dos dados junto aos sujeitos, a entrevista semiestruturada que segundo o autor Manzini (1990/1991, p. 154), está focalizada em um assunto sobre o qual foi confeccionado um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Segundo o autor, esse formato de entrevista pode revelar informações de maneira mais espontânea, sem que as respostas fiquem limitadas a opções pré-definidas.

## **2.1 Locus e sujeitos de pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino fundamental II, vinculada a rede municipal de laço, cidade pertencente ao território de identidade Piemonte do Paraguaçu, no Estado da Bahia. Por razões éticas, optou-se por preservar sua identificação, decidindo utilizar a sigla fictícia P.A.M.I.

Em relação aos sujeitos de pesquisa que integram a comunidade educacional que responderam a entrevista semiestruturada, também se resguardou o anonimato por questões éticas, utilizando nomes fictícios. No processo de definição dos sujeitos integrantes da pesquisa, não foram delimitados critérios de inclusão ou exclusão, apenas a disponibilidade para desenvolvimento das entrevistas, contemplando 09 docentes, 02 colaboradores e 03 gestoras.

Com o intuito de atender aos objetivos da pesquisa, a entrevista foi estruturada em duas categorias de análise: 1) percepções sobre o *bullying*; e 2) estratégias de prevenção e enfrentamento ao *bullying*. As entrevistas foram realizadas entre o final de 2023 e 2024, com gravação e transcrição literal para a posterior análise. As entrevistas ocorreram de 27 de outubro a 23 de novembro de 2023, com algumas realizadas posteriormente, no decorrer de 2024, a fim de complementar os dados e proporcionar uma visão mais abrangente do tema. Ao todo, 14 profissionais, incluindo docentes, colaboradores e gestoras, foram entrevistados.

### **2.3 Aspectos éticos de pesquisas com seres humanos**

Cabe ressaltar, que os aspectos éticos foram respeitados conforme as exigências preconizadas, implicando em autonomia, não-maleficência, justiça e equidade, sendo submetida à expressa autorização por meio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), assinado por todos os sujeitos participantes. Assim, foram preservadas as identidades dos sujeitos entrevistados e da instituição educacional, *locus* da pesquisa.

### **3. *Bullying*: conceitos, tipologias e implicações**

O *bullying* é um fenômeno que existe há muito tempo, a sistematização desse conceito foi iniciada e reconhecida através das pesquisas do professor de psicologia sueco-norueguês Dan Olweus da Universidade de Bergen, Noruega, em meados da década de 80. A incidência dessa violência sistêmica tem raízes profundas na história da educação, sendo tão antiga quanto à própria existência das escolas. No entanto, é notável que apenas nas últimas décadas esse problema tenha conquistado relevância necessária, a ponto de ser amplamente estudado em todo o mundo.

É importante ressaltar, que o *bullying* não se restringe a determinados países, mas, ao contrário, está presente em instituições de ensino em todo o mundo (Fante; Prudente, 2018, p. 105), contudo, o interesse em discutir e pesquisar este fenômeno no Brasil é relativamente novo. Os estudos acerca dessa temática foram iniciados com a psicóloga, doutora em educação e pesquisadora Fante e Prudente, nos anos 2000, em São Paulo, segundo esta autora (2018, p.68):

*O bullying é conceituado como sendo um conjunto de comportamentos, intencionais e repetitivos, adotado por um ou mais estudantes, sem motivação evidente, causando dor e sofrimento, dentro de uma relação desigual de poder, o que possibilita a intimidação.*

Esse fenômeno está em ascensão nas relações dos indivíduos e em ambientes diversos, sendo visto com maior evidência dentro das escolas, sejam elas privadas ou públicas. Esse tipo de violência, embora, muitas vezes, pareça e até seja confundida com brincadeiras de mau gosto, ou caso isolado, é um tipo de agressão que possui características específicas, e, segundo Smith e Sharp, (1994, *apud* Fante; Prudente, 2018, p.72):

O *bullying* não se trata de conflitos não resolvidos, de brincadeiras da idade, de atos de indisciplina, incivilidade ou transgressões às normas escolares. Trata-se de violência gratuita e persistente, em que a vítima é atacada sem que tenha oferecido motivos para tal. Trata-se de abuso sistemático do poder, que ocorre entre pares, de forma maldosa, deliberada e que persiste, muitas vezes, durante semanas, meses ou anos, fazendo com que a vítima não consiga se defender sozinha.

Com base em Fante e Prudente (2018), as tipologias do *bullying* referem-se a diversos tipos de agressões e ou comportamentos que são caracterizados como *bullying*. Podemos destacar alguns desses como: *Bullying* direto: Quando ocorre de forma curta e reta, afetando diretamente a vítima, em uma dimensão física; é composto por agressões físicas envolvendo socos, empurrões, chutes e danos de objetos, além disso, existe o *bullying* direto verbal, que se materializa a partir de agressões verbais, envolvendo xingamentos, piadinhas, termos humilhantes para se referir a pessoa, ameaças, palavras pejorativas.

*Bullying* moral: Nesse ato, a vítima é exposta a situações de humilhação e exposição de questões morais, utilizam calúnias ou difamações com a intenção de expor e conspirar contra seus valores e princípios.

*Bullying* indireto: Nessa tipologia, percebe-se a violência de forma camuflada e menos perceptível, pode acontecer nas formações de grupinhos, excluindo intencionalmente a vítima, e em rodas de conversas.

*Bullying* sexual: Acontece quando o indivíduo sofre com calúnias a respeito da sexualidade ou identidade de gênero, maneira como se comporta ou se veste, é uma das agressões que podem causar maiores implicações, a ponto de chantagens para obter vantagens íntimas com a vítima, tornando o convívio e espaço desta invadido e limitado.

Em muitas situações, percebe-se que o *bullying* sexual estabelece intersecções com outras violências e discriminações, como o racismo, o sexismo, o capacitismo e a homofobia.

Com o uso frequente da tecnologia, que gradativamente vem ganhando espaço no mundo inteiro, podemos destacar também o *cyberbullying* que acontece nas plataformas digitais, quando a vítima sofre insultos, difamações ou ameaças. Diante disso, Ventura e Fante (2015) asseveram que o *cyberbullying*:

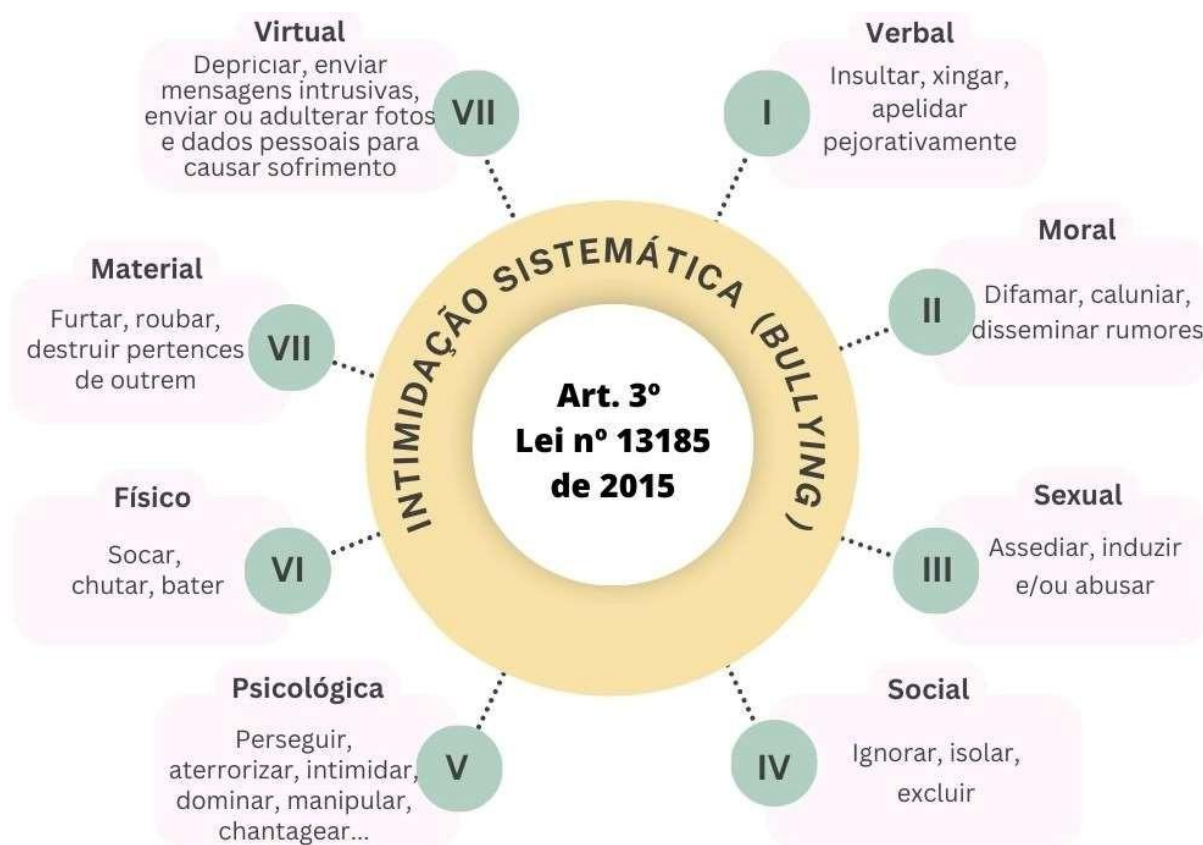
[...] está elevando o perigo e os efeitos do *bullying* a um novo patamar, em que ninguém pode sentir-se em segurança. A internet, os celulares permitem uma ubiquidade que pode verdadeiramente infernizar a vida das vítimas e expor a vexames 24 horas por dia.

Ainda segundo Fante e Prudente (2018), algumas das causas do *cyberbullying* estão ligadas diretamente a falta de orientação no que diz respeito ao uso moderado e responsável destas plataformas, como também a responsabilidade dos praticantes.

Visualiza-se com frequência o *bullying* psicológico ou emocional, que afeta diretamente o psicológico das vítimas, com a intenção de controlar os modos e perspectivas do indivíduo a partir das suas emoções e sentimentos, manipulando, intimidando e chantageando, afetando profundamente a saúde mental.

De acordo com a Lei 13.185 de 2015, a intimidação sistemática – *bullying* pode ser classificado, conforme as ações praticadas:

Infográfico 1 – Tipos de *bullying*



Fonte: Autoria própria, 2024.

Com o objetivo de intimidar ou agredir, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas, o *bullying* é visto

com mais frequência dentro das instituições escolares, onde se concentra a maior parte do público envolvido (vítima, agressor e espectador).

Estima-se que de 5 a 35% dos alunos em idade escolar estejam (ou estarão) envolvidos em condutas agressivas no ambiente educacional. Nesse quadro estatístico, incluem-se tantos os jovens vítimas de violência quanto os próprios agressores. Os espectadores não foram incluídos nos índices, o que nos faz imaginar que a população de jovens indiretamente envolvidos no *bullying* é ainda mais expressiva. (SILVA, 2010, p. 112, apud FANTE; PRUDENTE, 2018, p. 108).

Quanto aos papéis envolvidos na prática do *bullying*, podemos afirmar que, o ser humano vive em permanente e dinâmica construção social e logo, enfrenta algumas questões de convivência e divergência de opiniões, que conseqüentemente podem gerar situações desconfortáveis ao ponto de não perceberem tais comportamentos. Nos episódios de violência sistêmica, há uma tríade denominada como: agressor; vítima e o espectador.

Partindo desse pressuposto, o agressor é aquele que busca e exerce poder sobre a vítima, desse modo, ele insulta, provoca, machuca, humilha, discrimina, agride e domina. Alguns agressores podem apresentar baixa tolerância à frustração e ter dificuldades em fazer amigos, são indivíduos que por algum motivo ou vivência, possuem comportamentos agressivos. Essas atitudes, comportamentos ou aprendizagens, podem estar relacionados a questões familiares - situações de violência na própria casa, na mídia ou na sociedade em geral.

Sobre esse aspecto e tipologia em discussão, cabe relacionar o fenômeno *bullying* a teoria da aprendizagem social do psicólogo Albert Bandura, que destaca o aprendizado por meio da observação.

Bandura (1986) aponta que a aprendizagem social acontece a partir da interação entre a mente do aprendiz e o ambiente ao seu redor, ressaltando, que as pessoas aprendem coisas novas quando observam ações, atitudes e comportamentos dos outros, assim, por meio da convivência diária de filhos com pais, alunos com professores, alunos com alunos, ou, por meio das mídias, internet, tecnologias e redes sociais, a mente do aprendiz interage com o ambiente ao seu redor em um processo de observação, imitação e modelagem de aprendizagem.

As principais pesquisas feitas por Bandura sobre a aprendizagem por observação se referiam mais precisamente, ao comportamento agressivo. Elas demonstraram a importância dos modelos reais e simbólicos na evocação de pautas imitativas de agressão, assim como o fato de que

crianças que são expostas a situações agressivas não só exibem respostas imitativas agressivas, ou seja, de determinado comportamento observado, em comparação com crianças expostas a modelos não-agressivos, como também apresentam um maior número de respostas agressivas não observadas no modelo (Bandura, 1962, *apud* La Rosa, 2003, p. 74).

Em suma, podemos aprender com as outras pessoas apenas pela observação e reprodução dos comportamentos, e, segundo a teoria de comportamento social de Bandura (1986), a agressividade é socialmente aprendida quando a criança exposta a modelos agressivos reproduz essa agressividade.

A vítima é a pessoa que sofre as agressões, que podem ser de ordem verbal, física, psicológica ou virtual. A literatura aponta que a vítima normalmente é passiva, fisicamente mais fraca, tem baixa autoestima e dependente de outros. Por algum motivo para o agressor, a vítima apresenta o conjunto de características que a faz ser vista de maneira “diferente”, seja por sua aparência física, forma de se comportar, agir, vestir, dentre outras questões. Por medo, vergonha ou insegurança, comumente a vítima se cala e não denuncia as situações de violência que está vivenciando.

Em relação ao espectador, apesar de não está diretamente envolvido no *bullying*, ele pode validar e reforçar a prática da violência com sua passividade, não saindo em defesa da vítima ou denunciando. O papel do espectador é essencial para ajudar a entender o processo de violência sistêmica e buscar ferramentas de prevenção e intervenção, contudo, por desempenhar vários papéis dentro desse contexto, também pode contribuir com atitudes negativas. Existem alguns tipos de espectadores, sendo eles: aqueles que não falam, não contribuem com a ação violenta de maneira direta, mas se calam, por ter algum vínculo ou até mesmo medo de ser a próxima vítima, os que acionam a equipe gestora, ou até mesmo algum docente de confiança, para intervir na situação e os que contribuem para combater situações de *bullying*.

Em uma perspectiva quantitativa, pode-se observar que o espectador ainda possui maior abrangência, contudo, estes indivíduos mesmo que não estejam diretamente envolvidos nos casos de violência sistêmica, estão na posição de desenvolver um papel importante nessas situações, a fim de garantir um ambiente harmônico, de forma que observem e informem a comunidade escolar sobre as vítimas e agressores, para que assim, a comunidade escolar possa intervir estrategicamente. Em alguns casos, o medo de se comprometer com essas

situações se torna maior, dificultando e bloqueando o acesso as informações necessárias para uma intervenção da comunidade escolar.

As implicações deste fenômeno são múltiplas, podendo afetar tanto as vítimas quanto os agressores, desenvolvendo assim problemas nas relações interpessoais, impactos na saúde física e psicológica, diminuição do rendimento escolar e desenvolvimento de comportamentos de risco, os traumas originados pelo *bullying* podem acompanhar a vida adulta, dificultando as relações interpessoais, a vida em sociedade e a carreira profissional. Além disso, discussões contemporâneas sobre o ciclo do *bullying* apontam que as vítimas estão sujeitas a serem reflexos do que já passaram, e, conseqüentemente desenvolverem comportamentos violentos.

É importante compreender que o *bullying* é um fenômeno complexo, e que é necessário construir políticas públicas a fim de prevenir e combater esse fenômeno, visto que não é uma tarefa simples e não pode ser pensado de maneira isolada e solitária por docentes e gestores, é preciso responsabilizar o Estado e toda sociedade nessa missão.

#### **4. O papel da escola e do professor frente ao *bullying***

Para além de ensinar a ler e escrever, a escola possui uma responsabilidade fundamental com relação a sociedade no tocante à formação dos sujeitos. De acordo ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 13 e julho de 1990, capítulo IV artigo 53.: Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, a criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

É possível perceber que o Estatuto supracitado contém diversos aspectos que estão em convergência com os princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Essa legislação, com perspectivas alinhadas e complementares, estabelece diretrizes que dizem respeito diretamente aos mesmos objetivos, conforme se observa no seguinte trecho:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB,1996).

Podemos analisar outros aspectos que se relacionam entre ambas as leis, dentre eles temos o direito a inclusão, onde o ECA em seu Art. 3º com retificação

pela Lei nº 13.257 de 2016, assegura que crianças e adolescentes devem ter seus direitos protegidos e respeitados, independentemente de raça, etnia, gênero, deficiência ou qualquer outra característica. A LDB Art. 58 retificada pela Lei nº 12.796 de 2013, também reforça o direito à educação inclusiva, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) tratem de áreas distintas, compartilham diversos princípios fundamentais, principalmente no que diz respeito à proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Ambas as normas se complementam para assegurar o acesso à educação de qualidade e a promoção dos direitos humanos, com intensificação na preservação da dignidade e no desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Nesse contexto, as legislações educacionais também têm um olhar semelhante para a necessidade de atuação coletiva e integrada entre escola, família e sociedade, que se torna muito importante para o combate de tipos de violências na escola, sobretudo o *bullying*. Mais do que assegurar o acesso ao conhecimento, é essencial que a escola desempenhe um papel ativo na formação integral dos estudantes, promovendo e assegurando valores que os preparem para o mundo.

Dessa forma, é incumbência da comunidade escolar colaborar com a formação integral dos sujeitos, construindo junto a estes, valores e princípios que os tornem cidadãos íntegros, éticos, críticos, participativos, e moralmente capazes de promover transformações positivas para a sociedade, como afirmou Paulo Freire (1997) quando disse que é impossível transformar nosso país, dando-lhe uma face humanizada instaurando a democracia enquanto os jovens agem de forma violenta consigo e com os outros, não valorizam a vida, os sonhos, nem o amor.

É função do professor e toda comunidade escolar promover um ambiente harmônico, acolhedor e principalmente seguro para todos, com o intuito de que essa realidade reverbere para além dos muros da escola, favorecendo assim, para uma sociedade mais justa e menos violenta. Com a intenção de transformar isso em realidade, situações de violência não devem ser toleradas. A Base Comum Curricular – BNCC (2018, p.10) defende em sua nona competência geral da educação básica o seguinte pressuposto:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Para que isso de fato venha a ser conquistado, é necessário que haja uma conduta assertiva por parte dos professores, mas, isso só é possível se estes, primeiro, saibam como identificar o *bullying*, mantendo uma postura atenta, principalmente, a diversas facetas que ele possui inclusive a violência sistêmica velada que com frequência acaba passando despercebida por possuir uma característica de se camuflar como brincadeira. É importante também que os professores saibam de que maneira devem agir ao perceber atos de *bullying* para que não mais ocorram, além de conhecer e utilizar estratégias de prevenção.

Com o intuito de alcançar os objetivos expostos acima, é essencial que exista uma contribuição em prol da ampliação do arcabouço de saberes profissional dos docentes e de todos os funcionários da instituição escolar, apenas com a iniciativa e apoio da comunidade escolar e coordenação pedagógica incentivando esses profissionais é possível que isso aconteça.

É imprescindível que seja assegurada também a formação continuada dos docentes, com momentos de capacitação que oportunize a qualificação e reflexão acerca da temática, com a finalidade de viabilizar experiências que suscitem o conhecimento e desenvolvimento de suas próprias competências socioemocionais, que se mostram fundamentais no processo de auxiliar o desenvolvimento delas em seus estudantes.

Nesse sentido, o desenvolvimento das competências socioemocionais na docência pressupõe que o aprender envolve não só os aspectos cognitivos e técnicos, mas também emocionais e sociais, focando na compreensão das relações interpessoais e das emoções emaranhadas no processo de ensino e da aprendizagem significativa. (Abed, 2010, *apud* Lisboa; Rocha, 2021, p.7).

As competências socioemocionais são definidas por (Gondim; Moraes; Brantes, 2014, p. 400, *apud* Lisboa; Rocha, 2021, p.7) como as habilidades de compreender e gerir suas emoções a partir do autoconhecimento em prol de uma boa relação consigo e com os outros, favorecendo assim, relações sociais saudáveis que propiciam o autodesenvolvimento e, por conseguinte, contribuem para o bem-estar das interações sociais.

Seu desenvolvimento é indispensável quando se pensa em promover uma práxis pedagógica de tolerância e respeito, visto que, como já foi citado, o

desenvolvimento das competências socioemocionais proporciona ao sujeito a capacidade de se colocar no lugar do outro, compreendido aqui como empatia. E onde existe a compreensão e respeito pelo outro, não há espaço para comportamentos hostis e violentos, como a prática do *bullying*. Sobre isso, ao firmar um compromisso com a educação integral, o documento da BNCC (2018, p.16). afirma:

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Diante disso, é incontestável que é de responsabilidade da escola e dos professores adotarem em sua práxis pedagógica uma postura atenta a situações que possibilitem a construção de um ambiente seguro, que reconheça, acolha e respeite as diferenças como, por obrigação, deve ser o ambiente escolar. Por isso, a escola deve buscar meios de identificar, prevenir, agir assertivamente no enfrentamento de violências como o *bullying* no espaço em questão.

##### **5. Entre percepções e estratégias de prevenção e enfrentamento ao *bullying*: o que diz e faz a comunidade escolar?**

Esta pesquisa foi realizada em uma escola pública do município de Iaçú, com o objetivo de entender as percepções e as estratégias de enfrentamento ao *bullying* adotadas pelos profissionais de educação da comunidade escolar. O *bullying* é um problema significativo no ambiente escolar, com impactos negativos tanto no desenvolvimento dos estudantes quanto na qualidade do ambiente de aprendizado. Nesse contexto, buscamos investigar como professores, coordenadores e outros profissionais da educação percebem a incidência do *bullying* e quais práticas e abordagens têm sido empregadas para lidar com essa questão, com o intuito de promover uma cultura escolar mais inclusiva e respeitosa. Para isso, realizamos entrevistas com os profissionais de educação da instituição, com base no seguinte roteiro:

## **Docentes**

1 - Como você conceitua o *bullying*?

2 - Você já presenciou algum ato de *bullying*? Se sim, de que forma você agiu?

3 - Para você, é responsabilidade do corpo docente intervir em momentos como este?

4 - Para você é atribuição do professor traçar estratégias de prevenção ao *bullying*?

## **Coordenação pedagógica**

1 - Como você conceitua o *bullying*?

2 - Você já presenciou ou foi notificada de algum ato de *bullying*? Se sim, de que forma você agiu?

3 - Para você, é responsabilidade da coordenação pedagógica juntamente ao corpo docente e gestão escolar traçar estratégias de combate e prevenção ao *bullying*?

4 - Existe alguma ação com o propósito diminuir e prevenir situações de *bullying* no ambiente escolar? Se sim, quais? Se não, quais dificuldades impedem que projetos para este fim ocorram?

## **Gestão escolar**

1 - Como você conceitua o *bullying*?

2 - Você já presenciou ou foi notificada de algum ato de *bullying*? Se sim, de que forma você agiu?

3 - Para você, é responsabilidade da gestão escolar juntamente ao corpo docente e coordenação pedagógica traçar estratégias de combate e prevenção ao *bullying*?

4 - Existe alguma ação com o propósito diminuir e prevenir situações de *bullying* no ambiente escolar? Se sim, quais? Se não, quais dificuldades impedem que projetos para este fim ocorram?

## **Como você conceitua o *bullying*?**

A maioria dos professores conceitua o *bullying* como qualquer tipo de agressão repetida, seja verbal, física ou psicológica, direcionada a um estudante de forma intencional e com o objetivo de causar dano. Muitos destacaram a questão da

brincadeira disfarçada e podemos notar a preocupação mais aprofundada aos danos psicológicos.

Quadro 1 – Síntese das percepções da comunidade escolar sobre o bullying

Sujeito	Função	Concepção de bullying	Aspectos destacados
Flora	Docente	Violência velada, repetitiva e intencional	Sufrimento emocional, bullying disfarçado de brincadeira
Rosa	Docente	Agressão verbal, física ou psicológica	Importância da escuta e do diálogo
Jasmin	Gestora	Apelidos e humilhações que ferem o outro	Empatia, reflexão e mediação de conflitos
Dália	Coordenação	Prática recorrente no cotidiano escolar	Necessidade de inserir o tema no currículo
Demais docentes	Docentes	Violência sistemática entre pares	Impactos psicológicos e sociais

Fonte: Dados da pesquisa (2023–2024).

Bom, como um ato de violência velado e covarde, muitas vezes esse tipo de violência ela vem disfarçada de brincadeira de zoação e acaba desencadeando reações emocionais muitas vezes irreparáveis de todas as ações de todos os comportamentos do agressor pra vítima, para mim, o que causa maior estrago é o *bullying* velado, esse que a gente deixa passar despercebido porque o outro ou os outros entendem como brincadeira, mas a pessoa que está sendo vitimada ela acaba sofrendo em silêncio porque todos aqueles que estão ao seu entorno também entendem que é uma brincadeira, mas pra quem está sofrendo a violência em si, ela não percebe dessa forma, ela não compreende dessa forma (Flora, 2024).

A fala da professora destaca a complexidade do *bullying* velado, evidenciando como ele pode passar despercebido tanto pelos observadores quanto pelos próprios agentes, mas com impactos devastadores para a vítima. Essa percepção é crucial porque aponta para a necessidade de estratégias que ultrapassem apenas a observação de incidentes óbvios dentro do ambiente escolar. É fundamental destacar a relevância das emoções no contexto escolar, compreendendo-as como uma ferramenta essencial para a construção de um ambiente de aprendizagem saudável e inclusivo.

Nesse sentido, é imprescindível a criação de espaços pedagógicos que garantam aos estudantes não apenas o atendimento às suas necessidades cognitivas, mas também o apoio às suas dimensões emocionais e sociais. A escola deve ser um lugar onde os discentes se sintam acolhidos, valorizados e integrados, criando condições para que possam expressar suas emoções de forma construtiva e se desenvolver de maneira plena. Garantir essa inclusão emocional é, portanto, um passo crucial para assegurar que todos os estudantes se sintam parte da

comunidade escolar e motivados a participar ativamente de seu processo de aprendizagem.

Pensando nisso, é essencial a implementação de programas contínuos e integrados, que promovam uma educação ativa e participativa entre todos os atores da comunidade escolar – professores, gestores, servidores, estudantes e famílias. Esses programas devem abordar, de maneira sistemática, a compreensão das emoções, a criação de ambientes seguros e a promoção do respeito mútuo, permitindo que os estudantes possam refletir sobre e ressignificar comportamentos relacionados à violência sistêmica, como o *bullying*. Este processo educativo é um pilar fundamental para o enfrentamento do *bullying*, pois capacita todos os envolvidos a identificarem, prevenirem e intervir de maneira eficaz em situações de violência, contribuindo para a formação de uma cultura de paz e convivência saudável no ambiente escolar. Podemos analisar que a concepção do *bullying* no ambiente escolar em questão é, de maneira geral, reconhecida com a definição legal e acadêmica, o que revela que os professores têm uma boa compreensão do que caracteriza essa prática dentro do ambiente escolar e importância de entender como esse fenômeno age ou funciona sendo levado com profissionalismo e seriedade.

A segunda pergunta da entrevista abordou a experiência dos entrevistados com a observação e intervenção em casos de *bullying* dentro do ambiente escolar. Quando questionado sobre se já havia presenciado ou sido notificado sobre algum ato de *bullying* e como reagiu, a resposta trouxe à tona não apenas a ocorrência de agressões, mas também a maneira como a intervenção pode ser decisiva na resolução de tais situações, diante disso um dos professores disse:

Sim. O diálogo, conversar com a vítima e explicar que ela não tinha nenhum tipo de culpa do que estava acontecendo, ouvi-la atentamente e incentivá-la foi à primeira ação realizada. A conversa também com o agressor foi necessária, mostrar ao mesmo os atos que ele estava cometendo, e fazer com que ele refletisse sobre suas ações (Rosa, 2024).

A resposta da professora nos mostra uma abordagem equilibrada e cuidadosa na gestão de situações de *bullying*, ressaltando a importância de ações que envolvem tanto a vítima quanto o agressor. O primeiro passo, segundo a docente foi conversar com a vítima, ouvindo-a atentamente e validando seus sentimentos, atitude que diz respeito a um espaço seguro, como pontuado anteriormente. Essa atitude é fundamental para que a vítima se sinta acolhida e compreendida, além de permitir que ela se sinta segura o suficiente para expressar suas angústias.

Além disso, a atitude de dialogar com o agressor reflete uma visão pedagógica, profissional e, reflexiva sobre o comportamento, algo que se alinha com abordagens acolhedoras de intervenção ao *bullying*. A professora não apenas repreende o agressor, mas também faz com que ele reflita sobre suas ações, o que é essencial para o processo de conscientização. Essa reflexão é um passo importante, pois muitas vezes os agressores não têm plena consciência dos impactos emocionais e psicológicos de suas atitudes, além disso, a atitude em questão revela o que nos traz a BNCC, sobre respeito e empatia.

Quando a gestão escolar foi questionada sobre a maneira como resolveria se presenciasse alguma situação de violência sistêmica, a mesma respondeu que:

O que mais acontece aqui. Acho que toda escola, o que mais acontece, porque essa palavra *bullying* pra gente chegou não tem muito tempo. Então, desde que você se relaciona com o outro, o *bullying* existe. Mas, de certa forma, ou para se defender, as pessoas, quando falam assim, que é *bullying*, porque a gente sabe que o *bullying* ele já vem sendo debatido em todos os espaços e era colocado como algo negativo, que é aí que as pessoas dizem: "não foi *bullying*.", por exemplo, não há apelido. Se você aceitar o apelido, ele pode ser terrível. "Se você aceitar, não é *bullying*, mas se você não aceitar, ainda que seja algo para você, eu chamei de um animal tão bonitinho", é *bullying* porque machucou o outro. Então, aqui na escola a gente tem esses casos aqui praticamente todos os dias (Jasmin, 2024).

A fala da gestora demonstra a percepção que o conceito de *bullying* "chegou recentemente" à escola, mas que, na prática, formas de agressão ou violência psicológica já existem há muito tempo, só não eram classificadas como *bullying*. Isso é um reflexo de como ao longo do tempo, o entendimento do que configura *bullying* se ampliou, deixando de ser algo restrito a agressões físicas para incluir violência psicológica, social e verbal. A fala pode ser um indicativo de que na escola há certa resistência ou dificuldade em rotular comportamentos abusivos como *bullying*, possivelmente por falta de compreensão mais profunda sobre o fenômeno, contudo, ela demonstra domínio e compreensão de qual atitude tomar diante dessas situações. A resposta da gestora tem grande relevância e nos faz refletir sobre a grande recorrência do fenômeno em questão e isso é evidenciado no momento em que ela afirma que:

[...] A gente tem que trabalhar com diálogo, a conscientização. E é complicado porque assim, enquanto a gente conscientiza aqui na escola, em casa, muitas vezes não acontece. Muitas vezes é normal a família apelidar, e até quando você tem uma filha que ela tá fora do peso. Você colocar apelido e machucar, então, às vezes fica assim... normal. A escola precisa trabalhar com isso todos os dias. A gente fala de *bullying*, ainda que a gente não use a palavra *bullying*, mas quando a gente vê uma situação que você não quer o colega do seu lado porque o colega está malcheiroso e você expõe para a turma que a gente já passou por isso e

passa aí vem para a secretaria [...] (Jasmin, 2024).

A profissional reconhece que, para promover uma mudança real, é necessário um trabalho de conscientização contínuo, e mesmo que sinalize sobre o quanto isso acontece, ela se preocupa em resolver, isso implica entender que palavras e atitudes podem ter impactos duradouros, quase sempre negativos, na autoestima de alguém.

O professor sempre procura resolver, nem traz mais para cá. Porque ele está ali sempre falando: “aí eu já falei o que para vocês?” “E essa situação de você está?” “E se fosse com você?” Então a gente procura trabalhar de forma empática... “se coloque no lugar” ... “mas, não foi nada demais”. “E se fosse você? Se fosse você no meu lugar?”, quando vem para a secretaria, eu coloco isso: “e se fosse você no meu lugar como diretor, você faria o quê? O que você faria se chegasse aqui essa situação que o seu colega está com vergonha? Ele não quer voltar para a sala porque você humilhou, você no meu lugar, faria o quê?” (Jasmin, 2024).

A resposta da gestora traz à tona uma reflexão importante sobre como o *bullying* se manifesta no ambiente escolar, especialmente na forma de apelidos e atitudes que podem ser consideradas normais em determinados contextos familiares, mas que podem ser prejudiciais ao bem-estar do outro, seu desenvolvimento cognitivo e seu processo de ensino-aprendizagem. O depoimento revela uma preocupação legítima em educar para o respeito mútuo, conscientizando os estudantes sobre os impactos negativos dessas atitudes. Diante disso, podemos perceber que os profissionais da instituição possuem uma linha de raciocínio e estratégias interligadas, que ajudam na construção de métodos eficazes de enfrentamento e conscientização ao *bullying*.

Quando a gestora destaca que o *bullying* muitas vezes não é reconhecido por aqueles que praticam, ela direciona o olhar para contexto mais amplo, onde é importante ter essa ótica. O *bullying* pode ser minimizado por quem acredita que a intenção não foi negativa, e na maior parte dos casos, quem pensa dessa maneira é o agressor, podemos perceber isso no exemplo do apelido dado com “carinho”, entretanto, o impacto emocional sobre a pessoa que recebe esse tratamento é o que importa, e esse é um aspecto fundamental da conscientização sobre o tema.

A abordagem adotada pela gestora focada no diálogo, na empatia e na reflexão sobre o ponto de vista do outro é essencial, e de acordo com as respostas de outros profissionais entrevistados, podemos perceber que as estratégias traçadas tem sido semelhantes. O questionamento da diretora sobre como o discente que praticou o *bullying* se sentiria se estivesse no lugar do colega que foi vítima é uma forma eficaz de fazer com que o ele (o agressor) reflita e compreenda os possíveis

efeitos de suas ações. O uso da empatia é uma ferramenta poderosa para quebrar ciclos de agressão, mas também evidencia a necessidade de um trabalho contínuo, especialmente porque, como o próprio relato aponta, em casa a conscientização nem sempre é reforçada de maneira adequada.

A dificuldade em lidar com a realidade do *bullying* na escola é mencionada, principalmente devido à sua normalização em alguns contextos familiares. Isso mostra a importância de um trabalho integrado entre escola e família, onde ambos os espaços precisam alinhar seus esforços para promover a educação emocional e o respeito entre os indivíduos.

Nesse sentido, a coordenação pedagógica enfatiza que:

Já fomos noticiados, né? Eu, enquanto coordenadora da escola, é uma ação, essa prática de *bullying*, muito recorrente. E assim, aqui no nosso trabalho, quando a gente tem a notificação, a escola sempre procura fazer algo para resolver a situação. E até, em relação, uma das maiores ações que eu entendo que a escola pratica é trazer essa discussão para o currículo (Dália, 2024).

A narrativa da coordenadora evidencia a consciência da escola em relação à recorrência de práticas de *bullying* no ambiente escolar e o esforço em intervir sempre que uma situação é notificada. Contudo, observa-se que, embora a resposta às ocorrências seja fundamental, é igualmente necessário investir em ações preventivas e educativas mais amplas. Nesse contexto, destaca-se a importância de incorporar reflexões e problematizações sobre o fenômeno do *bullying* de forma contínua e estruturada no currículo escolar.

Tal abordagem requer a adoção de práticas pedagógicas interdisciplinares e transversais, que ultrapassem os limites de disciplinas específicas e permeiem todo o fazer pedagógico. Ao integrar essas discussões ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), a escola fortalece sua função social e educativa, promovendo valores como o respeito, a solidariedade e a convivência ética.

Dessa forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que a formação integral dos estudantes deve incluir o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, cooperação e responsabilidade (BRASIL, 2018). A BNCC destaca ainda a importância de promover a cultura de paz e a resolução de conflitos por meio do diálogo, princípios diretamente relacionados à prevenção do *bullying*. Assim, ao alinhar suas práticas pedagógicas às diretrizes da BNCC, a escola contribui para a formação de sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a

transformação social, além de criar um ambiente escolar mais seguro, saudável, acolhedor e democrático.

## **6. Ações pedagógicas e estratégias para prevenção e enfrentamento do *bullying* no contexto escolar**

Apesar de ser uma violência presente no dia a dia da maioria das instituições escolares, as estratégias de prevenção e enfrentamento ao *bullying* ainda são escassas e tímidas. Mesmo quando existem projetos e ações voltadas à empatia, respeito e zelo com o outro, falta um posicionamento com exercícios diretos com relação a prevenção ao *bullying* propriamente dito. Diferenciar o *bullying* de outros tipos de violência, falar diretamente sobre ele é fundamental para evitar que esse problema passe despercebido, considerando que, não discutir sobre o problema, não quer dizer que ele não exista.

Algo que é responsável por desencadear diversas consequências negativas como é o caso da violência sistêmica, precisa receber a atenção devida, por isso, decidimos pesquisar e compartilhar boas práticas e algumas intervenções eficazes para a prevenção e enfrentamento do *bullying* no ambiente escolar. Essas ações devem ser desenvolvidas em diversos contextos e dimensões, além do ambiente escolar, familiar e comunitário, a fim de propiciar a construção de um ambiente respeitoso e harmônico.

Para isso, acreditamos que é necessário criar intervenções e estratégias de enfrentamento para construir cada dia mais uma cultura escolar inclusiva e respeitosa, utilizando ações integradas, que possam promover a conscientização, o respeito, a empatia e acima de tudo, um ambiente escolar inclusivo. Diante disso, as práticas pedagógicas inovadoras podem ser um ponto de partida crucial para amenizar esse problema mundial.

Uma prática pedagógica que tem se destacado como estratégia eficaz para a promoção da convivência pacífica é o uso dos Círculos de Construção de Paz, conforme apresentado por Isabel Lima (2022). Inspirados nos Círculos Restaurativos da justiça restaurativa, esses encontros promovem espaços seguros e estruturados para o diálogo aberto entre estudantes, educadores e comunidade escolar. Através da escuta ativa e empática, os participantes compartilham suas experiências e sentimentos, fortalecendo os vínculos sociais e criando soluções coletivas para os

conflitos. Dessa forma, os Círculos de Construção de Paz contribuem para a prevenção e o enfrentamento do *bullying*, deslocando o foco da punição para a restauração das relações e construção de uma cultura escolar inclusiva e respeitosa.

Projetos como oficinas de convivência, dinâmicas em grupo, atividades artísticas e comunitárias e momentos em que a comunidade se sinta inserida dentro do contexto escolar, podem ajudar os estudantes a desenvolverem algumas competências socioemocionais, como empatia e habilidades de comunicação. Além disso, é importante que a comunidade escolar busque estratégias para integrar temas relacionados ao *bullying* nos componentes curriculares ofertados, integradas ao currículo.

A formação continuada dos profissionais com capacitações, cursos profissionalizantes, oficinas, *workshops* e congressos, são medidas essenciais para intervenções mais assertivas. A comunidade escolar precisa estar preparada para lidar e identificar situações de violência sistêmica, além disso, é fundamental envolver a família, em campanhas e ações de prevenção, construindo uma rede de apoio fortalecida, mais ampla e efetiva. Reuniões trimestrais entre família e escola, podem ser utilizadas para abordar casos de suspeita ou casos concretos, objetivando propor soluções colaborativas e participativas.

As redes sociais também podem ser ferramentas importantes para esse processo, ajudando na disseminação de campanhas socioeducativas, materiais audiovisuais e mensagens de conscientização. O auxílio de atendimentos psicossociais de maneira mais intensa complementa e potencializa as ações, vale ressaltar, que a orientação e ajuda desses profissionais ajuda tanto na prevenção quanto no acompanhamento de vítimas e agressores.

Por fim, é importante que a comunidade escolar, utilize políticas institucionais com o objetivo em comum de acompanhar casos de *bullying* com profissionalismo, rigor e ética, promovendo a transformação do ambiente escolar e contribuindo com a construção de um espaço de convivência harmoniosa, respeitosa e acima de tudo, inclusiva, onde os estudantes sintam-se valorizados, prevenindo o *bullying* e auxiliando no bem-estar social e emocional de toda comunidade escolar.

## 7. Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, buscamos compreender como o fenômeno *bullying* tem sido experienciado, nomeado e enfrentado por profissionais de uma escola pública do município de laço – BA, considerando suas percepções e práticas no cotidiano educacional. O percurso metodológico adotado, de natureza qualitativa, permitiu acessar não apenas o discurso formal sobre o tema, mas também as tensões, silenciamentos e potencialidades existentes nas relações escolares.

Constatamos que, embora o *bullying* seja reconhecido como um fenômeno grave e recorrente no espaço escolar, ainda persiste certa ambivalência entre o saber e o fazer: os sujeitos entrevistados demonstram conhecimento conceitual e sensibilidade sobre a problemática, mas esbarram em limitações estruturais e formativas para enfrentá-la de modo sistemático, assertivo e intencional. O reconhecimento do *bullying* como “brincadeira disfarçada” ou como prática histórica naturalizada, emergente em diversas falas, aponta para a urgência de processos formativos contínuos que ampliem a consciência crítica sobre os impactos subjetivos e coletivos dessas violências.

Apesar dos esforços de escuta, mediação e acolhimento relatados, é perceptível a carência de políticas institucionais consolidadas, capazes de transformar tais iniciativas individuais em ações pedagógicas estruturantes e coletivas. A ausência de práticas preventivas sistematizadas, aliada à dificuldade de articulação com as famílias, fragiliza a rede de proteção e impede que o enfrentamento ao *bullying* se torne parte orgânica do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Compreendemos, ao final deste percurso, que prevenir e enfrentar o *bullying* não se resume à denúncia de episódios ou à correção pontual de comportamentos. Implica, sobretudo, na construção de uma cultura de convivência escolar que promova o respeito às diferenças, o exercício da empatia e o fortalecimento das relações baseadas no diálogo e na escuta ativa. Para tanto, é fundamental que esse compromisso seja incorporado ao currículo escolar de forma transversal e interdisciplinar, contemplando temas ligados à convivência ética, às competências socioemocionais e à valorização da diversidade.

Além disso, ficou evidente a importância de ações permanentes e sistemáticas que não dependam apenas da boa vontade de determinados

profissionais, mas que sejam institucionalizadas como parte da identidade da escola. Isso demanda vontade política, investimento na formação continuada dos educadores e envolvimento efetivo da gestão, da coordenação pedagógica e das famílias. A corresponsabilidade entre escola e comunidade é um eixo fundamental para que as ações educativas ultrapassem os muros da instituição e ressoem em outros espaços sociais.

Acreditamos, ainda, que este trabalho pode inspirar desdobramentos futuros, como investigações comparativas com outras escolas do município, estudos voltados para as percepções dos próprios estudantes ou até mesmo o desenvolvimento de projetos de intervenção voltados à cultura de paz. Tais iniciativas podem ampliar o alcance dos dados aqui produzidos, fortalecendo uma rede de práticas educativas voltadas à promoção de ambientes escolares saudáveis e inclusivos.

Por fim, reconhecemos que esta pesquisa, para além de uma produção acadêmica, representa também um retorno ao nosso território de origem, à escola onde estudamos e construímos nossas primeiras aprendizagens. Revisitar esse espaço, agora como pesquisadores e educadores, é um gesto de valorização da educação pública e de compromisso com a transformação social. As vozes ouvidas ao longo do processo – repletas de sentidos, afetos e práticas – nos convocam a seguir refletindo e construindo coletivamente estratégias que não apenas enfrentem o *bullying*, mas promovam uma educação mais justa, humana e comprometida com a dignidade de todas as pessoas.

## Referências

ABED, Anita Lilian Zuppo. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar**. São Paulo: Ministério da Educação, 2014.

BANDURA, Albert. **Social foundations of thought and action: A social cognitive theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying)**. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.html)>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de ma, e 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 15 jan. 2024. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14811-12-janeiro-2024-795244-publicacaooriginal-170834-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14811-12-janeiro-2024-795244-publicacaooriginal-170834-pl.html)>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html)>. Acesso em: 03 jun. 2024

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html)>. Acesso em: 15 de abril 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. São Paulo: Penso Editora, 2014. p. 49.

FANTE, Cléo; PRUDENTE, Neemias Moretti (ed.). **Bullying em debate**. São Paulo, SP: Paulinas, 2018. *E-book* (176p.) (Coleção Pedagogia e educação). P&B. ISBN: 9788535643916.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LA ROSA, Jorge de (Org.). **Psicologia e educação**: o significado do aprender. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

LEÃO, Leticia Gabriela Ramos. **O fenômeno *bullying* no ambiente escolar**. Revista FACEVV – Vila Velha, 2010.

LIMA, Isabel. **Círculos de Paz e prevenção ao *bullying***. Trabalho apresentado no VI Encontro do Programa de Extensão, PROEX UEFS: 2022. YouTube. Disponível em: <[www.youtube.com/live/\\_TACjd02WMY?feature=share](http://www.youtube.com/live/_TACjd02WMY?feature=share)>. Acesso em: 06 de mai 2023.

LISBOA, Aissa Cavalcante; ROCHA, Paulo Alfredo Martins. **Competências Socioemocionais e Docência**: A BNCC e as novas exigências na formação de professores. E-book VII Congresso Nacional de Educação - Vol 01. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de Freitas. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Andréia Mendes dos; GROSSI, Patricia Krieger; SCHERER, Patricia Teresinha. **Bullying nas escolas**: a metodologia dos círculos restaurativos. Educação. Porto Alegre, Porto Alegre, v. 37, n. 02, p. 278-287, ago. 2014. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-25822014000200014&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822014000200014&lng=pt&nrm=iso)> . Acesso em 22 de abril. 2024.

VENTURA, Alexandre; FANTE, Cléo. **Flagelos da modernidade: cyberbullying**. In: FANTE, Cléo; PRUDENTE, Neemias Moretti (Orgs.). **Bullying em debate**. São Paulo: Paulinas, 2015. p. 23–49.